

# HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA LITERÁRIAS: OS CASOS EXEMPLARES DE ANTONIO CANDIDO E DE ERICH AUERBACH<sup>1</sup>

## HISTORY, HISTORIOGRAPHY AND LITERARY CRITICISM: ANTONIO CANDIDO AND ERICH AUERBACH AS EXAMPLES

Taffarel Bandeira Guedes\*

UFPE

**Resumo:** Este artigo, preocupado com questões de crítica, história e historiografia literárias, debruça-se sobre duas obras entendidas como exemplares no tratamento de semelhantes questões: *Formação da Literatura Brasileira*: momentos decisivos (1959), de Antonio Candido, e *Mimesis* (1946), de Erich Auerbach. Após introdução dedicada a uma revisão dos conceitos, métodos e terminologias da disciplina de história literária – Coutinho (2008) e Souza (2014) –, consideramos as obras citadas, apontando aqueles que são seus maiores méritos no que diz respeito ao tratamento dado ao fenômeno literário. Embora reconhecidas por suas abordagens singulares: sociológica, em a *Formação*, e humanista e filológica, em *Mimesis*, notamos o quanto a primazia dada aos textos produziu duas histórias literárias próximas de seu objeto e distantes da condição de epifenômeno da história oficial.

**Palavras-chave:** História. Historiografia. Crítica. Literatura.

**Abstract:** his essay deals with issues related to criticism, history and historiography. It focuses on two works taken as examples when one analyses similar subjects: *Formação da Literatura Brasileira*: momentos decisivos (1959), by Antonio Candido, and *Mimesis* (1946), by Erich Auerbach. After reviewing concepts, methods and the terminology of literary history (as a discipline) – Coutinho (2008) and Souza (2014) –, we inquire Candido and Auerbach, in order to show their main achievements on the way they conceive the literary phenomenon. Despite being recognized by their singular approaches – sociological, in Candido, and humanist and philological, in Auerbach –, the way both authors emphasised texts themselves gave rise to two literary histories which got closer to their objects, instead of consisting of an epiphenomenon of the so-called official history.

**Keywords:** History. Historiography. Criticism. Literature.

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

\* Doutorando em Teoria da Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (PPGL-UFPE).

Disciplina dos estudos literários de acentuada feição narrativa, a história da literatura<sup>2</sup> nasce num período paradigmático para as artes e as ciências humanas: o século XIX. Torna-se, a partir de então, “a referência básica no ensino das letras, mais ou menos de meados daquele século até a atualidade.” (SOUZA, 2014, p. 9). De fato, o conteúdo de literatura aplicado nas escolas é marcadamente restrito aos limites do historicismo, com materiais didáticos empenhados em narrar num crescendo temporal os feitos das nossas letras, agrupando autores e obras em momentos histórico-literários.

O termo “história da literatura” vem comumente acompanhado de um adjetivo pátrio. É assim que temos a história da literatura brasileira, argentina ou uruguaia, para ficarmos só nos vizinhos. No tocante à nossa, vale citarmos a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, obra publicada em 1888<sup>3</sup> e produto do pensamento científico controverso da época, mas que configura o marco da historiografia literária oitocentista.

É grande a notoriedade alcançada pela disciplina, desde o seu nascedouro até os dias de hoje. Ao falarmos em literatura brasileira, fica difícil não esquematizarmos em nossa mente todo um panorama histórico em que se inserem as obras, combinados que estão os saberes histórico e literário. Isso se explica pela função primeira da disciplina: inventariar os conjuntos de produções literárias de cada nação, bem como “analisá-los, avaliá-los e disponibilizá-los em grandes narrativas.” (SOUZA, 2014, p. 10).

Essa estrita relação entre a história oficial e a literária acaba por fazer desta última um epifenômeno da primeira, ou seja, uma espécie de derivação dos acontecimentos políticos e sociais de relevo. Destarte, a história da literatura estaria condicionada a diretrizes da história, essa de um prestígio social sem correspondente; e as obras literárias serviriam como subsídios para o entendimento do nosso passado e das conjunturas sócio-históricas.

No que diz respeito à historiografia literária, a falta de concordância no uso da terminologia nos impele a realizar uma tentativa de distinção do termo:

Quando à expressão *historiografia literária* (ou da *literatura*), assinale-se que, embora não haja consenso no campo dos estudos históricos sobre o conteúdo conceitual dos termos *história* e *historiografia*, em certos contextos argumentativos convém estabelecer distinção entre as locuções *história da literatura* e *historiografia da literatura*, utilizando-se da primeira para designar o fenômeno constituído pelos desdobramentos e transformações no tempo de uma entidade chamada *literatura*, e reservando-se a segunda para nomear o corpo de obras consagradas ao estudo desse fenômeno. (SOUZA, 2014, p. 15).

Seguindo a proposição de Souza, consideraremos *história da literatura* as obras que, ademais de trazerem tais termos em seu título, configuram-se como narrativas (ao que se pode somar a presença de um corpus literário,

<sup>2</sup> Em conformidade com a escrita de Souza (2014), utilizaremos iniciais minúsculas nas nomenclaturas das disciplinas.

<sup>3</sup> “A formação da história da literatura brasileira como disciplina se processa num período situado entre 1805 e 1888. A primeira data corresponde à publicação do quarto volume da obra *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit seit dem End des dreizehnten Jahrhunderts*, intitulado *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*, de autoria de Friedrich Bouterwek, onde a presença do Brasil, ainda colônia de Portugal, se restringe à menção de dois escritores nascidos no país, Antônio José da Silva e Cláudio Manuel da Costa; a segunda, à publicação da *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero, trabalho que, pela abrangência e fundamentação conceitual, atesta a consolidação da disciplina. Entre essas datas extremas, apareceram diversas contribuições, de importância e natureza variadas, devidas a autores nacionais e estrangeiros.” (SOUZA, 2013, p. 75-76).

bem como suas análises e críticas) em que estão organizadas, em ordem cronológica linear e crescente, as produções literárias de um país, de uma língua, de uma comunidade etc; enquanto caberá à *historiografia literária*, por seu turno, designar o conjunto do corpo escrito dessas *histórias*.

Para demonstrar que o problema da história e da historiografia literárias não é apenas terminológico, encaminhamo-nos ao século XIX, quando vivíamos o nosso romantismo, momento literário de grande transformação. Segundo consta em parte considerável do *corpus* da nossa historiografia literária, é a partir de então que amadurecemos literariamente e compomos uma literatura genuinamente brasileira. No entanto, é do mesmo período a culminância do nosso processo de descolonização, datado de 1822. Ora, a nossa emancipação seria literária ou política? Ao que parece, estariam condicionando o desenvolvimento das nossas letras a parâmetros externos.

Desde Varnhagen, o problema preocupa os historiadores, a história literária sendo considerada com uma dependência da historiografia geral, política, social e econômica, devendo ser o método da história literária uma pura transferência do método histórico, dado que a literatura não passava de um reflexo das gerais atividades humanas. (COUTINHO, 2008, p. 28).

O fenômeno literário, em todas as suas nuances, não pode ser negligenciado em nome da história oficial e dos grandes sucessos por ela registrados. Subordinar a história literária à história política do país é desconsiderar a autonomia da literatura como fenômeno dotado de valor e evolução próprios: “a literatura brasileira não nasceu com a independência política. A sua autonomia estética nada tem a ver com a autonomia política.” (COUTINHO, 2008, p. 22). Pensar a literatura como epifenômeno da história é uma atitude simplista e redutora, portanto.

Também entender as produções literárias unicamente a partir da sua função documental é ter prejuízo do que há de testemunho em cada obra. É claro, a título de exemplo, que *O quinze* e *Vidas secas* são produções valiosas no que diz respeito à representação de uma realidade a ser apresentada e denunciada. Servem como registros realistas de um todo social, histórico e cultural. No entanto, semelhantes ao representarem e documentarem um povo e uma região mais ou menos comuns, os dois romances se distinguem não apenas por possuírem autorias distintas, mas por instituírem uma realidade própria e só abarcável dentro dos limites do texto.

O resultado final, tanto no romance de Rachel de Queiroz quanto no de Graciliano Ramos, são escritos em que a realidade externa e documental não se apresenta totalmente, mas fundida à realidade interna do texto, esta exclusiva e permeada de subjetividade. Daí que uma mesma parcela da realidade externa pode ser transformada em diversas realidades literárias diferentes, consoante os diversos sujeitos autores.

Enquanto obras literárias, *O quinze* e *Vidas secas* acabam por apresentar uma realidade sua e somente sua. Isso porque, segundo defendem Erich Auerbach<sup>4</sup> e os seus exegetas<sup>5</sup>, dos quais Waizbort é um bom exemplo, “a obra literária expõe uma realidade, inerente e interna a ela, convertida em linguagem e estilo, e revela assim o modo como os homens veem a si mesmos e seu mundo” (WAIZBORT, 2013, p. 179). É a isso que Auerbach chama de “mimesis” no seu livro de crítica literária, no qual o filólogo alemão analisa como a literatura ocidental representou a realidade ao longo do tempo.

O realismo de uma obra literária, para Auerbach, não condiz como o termo usualmente utilizado para designar a famosa escola literária oitocentista, mas significa o modo como a realidade exposta aparece na obra literária. Se variadas são as obras e variados são os mundos em que se inserem, torna-se mais válido tratarmos de “realismos”, tendo em vista as diferentes maneiras de como os homens percebem a si mesmos e a conjuntura sócio-histórica a que fazem parte.

É o que podemos considerar nos romances em apreço, cada um deles exemplo de obra literária produzida por um sujeito presente num momento histórico e situado socialmente numa dada comunidade. Claro está que Rachel e Graciliano partem de uma realidade empírica, esta dotada de cultura, modo de vida e memória singulares. Mas tais aspectos, ao passarem pelo crivo da ficção e da própria escrita literária, são transformados numa realidade exposta na literatura, intraliterária e somente existente nos limites do texto.

Fazer uso da literatura com fins exclusivos na apreensão de dados sociais externos interessa a disciplinas como a Sociologia, Antropologia e a própria História. De fato, as obras literárias podem ser importantes objetos para tal. Contudo, parece-nos mais viável verificar como a realidade empírica (social, histórica etc.) se plasma numa estrutura literária digna de ser estudada por si mesma, observando “como o externo se torna interno” (CANDIDO, 2006, p. 17). Os fatores externos serviriam, portanto, para explicar a composição da obra e o seu conteúdo, entregando os elementos que determinam “a sua validade e o seu efeito sobre nós.” (CANDIDO, 2006, p. 17).

Eis a atitude crítica comungada por Antonio Candido<sup>6</sup> e Erich Auerbach, que buscam fazer suas análises a partir dos métodos sociológico e filológico, respectivamente, mas sem prescindir de atenção ao uso literário da linguagem. Aqui, reconhecemos uma realização meritória desses métodos, na medida em que respeita a obra literária como detentora de valor autônomo e singular, ainda que produto humano inserido numa determinada conjuntura social. A literatura, enquanto artigo de civilização, está submetida à concorrência de variados fatores sociais, representados em conformidade com o arranjo da obra.

<sup>4</sup> Erich Auerbach foi um filólogo e crítico literário alemão. Dentre a sua obra, voltada ao estudo da literatura ocidental e influenciada pelos conhecimentos filológicos, históricos e humanistas, destacamos, além de *Mimesis*, os títulos: *A novela no início do Renascimento*, *Figura e Introdução aos estudos literários*.

<sup>5</sup> Nos reduzidos limites deste estudo, e na falta de uma teorização explícita realizada pelo próprio Auerbach, valiosa contribuição nesse sentido encontramos em seus exegetas. No epílogo do livro, Auerbach se explica: “O método de trabalho que adotei, isto é, o de apresentar, para cada época, uma certa quantidade de textos, para com base nos mesmos pôr à prova os meus pensamentos, leva imediatamente para dentro do assunto, de tal forma que o leitor chega a sentir do que se trata, antes que lhe seja impingida uma teoria” (AUERBACH, 2013, p. 501). Ou seja: graças ao sistemático procedimento de análise realizado pelo filólogo, dos vinte capítulos que compõem o *Mimesis* – dedicados à leitura de obras e quartéis específicos da literatura ocidental –, depreende-se uma teoria e um método subjacentes, entrevistados e descritos pelos exegetas.

Em se tratando de Antonio Candido, tomamos como exemplo a *Formação da Literatura Brasileira*, sua obra de maior fôlego, publicada em 1959, em que apresenta uma história da literatura marcadamente crítico-analítica e fundamentada numa teoria que, além de literária, é também sociológica. Ainda que publicado há sessenta anos, o livro permanece ainda hoje como obra de referência no estudo da literatura nacional, seja pela sua inovadora abordagem do fenômeno literário, seja pela consistência das análises realizadas. Celebrada ao longo da vida, a *Formação* foi motivo de um evento ocorrido na Faculdade de Letras da UFRJ, quando do seu aniversário de 40 anos de publicação, em 1999. Na ocasião, Antonio Candido, conforme relembra o professor Luis Alberto Nogueira Alves, ponderou que

uma obra deveria durar vinte, trinta anos, se tanto, tempo mais do que suficiente para que outra obra surgisse para ocupar o seu lugar, superando-a, corrigindo seus rumos, acrescentando detalhes novos, angulações desconhecidas, fazendo, em suma, avançar uma discussão que, na melhor das hipóteses, só se esboçara quando de sua publicação. (ALVES, 2011, p. 88).

Devemos, pois, reconsiderando a menção anteriormente feita à idade da *Formação*, lamentar o fato de que a obra que viria substituí-la está trinta anos atrasada, uma vez que ainda hoje não foi publicada uma história da nossa literatura capaz de superá-la. Razão pela qual o livro segue como unanimidade no estudo histórico da literatura brasileira nos cursos de Letras de todo o país; além da grande influência e da perenidade de muitas interpretações, leituras e análises de obras literárias que o crítico realiza em meio ao texto.

Saindo um pouco do laudatório e indo à *Formação*, lembramos que é no capítulo introdutório que o estudioso insere o conceito norteador de sua obra: o de literatura como sistema; sendo a partir dele que Candido diferenciará *manifestações literárias* de *literatura*. Seguindo essa noção, autores hoje canônicos, como José de Anchieta e Gregório de Matos, seriam talentos isolados cujas obras não obtiveram ressonância significativa à sua época. Produções avulsas, portanto. Esse cenário inicial estendendo-se até o século XVIII, período das Academias e do nosso Arcadismo, quando as esparsas manifestações dariam lugar a uma literatura propriamente dita, dotada de um sistema de três elementos interligados, conforme colocados por Candido: o autor, a obra e o público (2013, p. 25).

É somente a partir de então, com a integração dos referidos elementos, que se reconhece “a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade” (CANDIDO, 2013, p. 25). Noutros termos, a obra literária, denominador que integra os demais do sistema, é a transmissora de uma tradição, por meio da qual é possível acessar a maneira como os homens de diferentes conjunturas representam a si mesmos e os seus semelhantes.

<sup>6</sup> Antonio Candido de Mello e Souza (Rio de Janeiro, 24 de julho de 1918 – São Paulo, 12 de maio de 2017) foi um importante professor, sociólogo e crítico literário brasileiro. Dentre as suas obras, em muito influenciadas por sua formação sociológica, destacamos, além da *Formação da Literatura Brasileira*, os títulos: *Ficção e Confissão*, *Tese e Antítese*, *Literatura e Sociedade* e *O Discurso e a Cidade*.

É ainda na introdução do livro que Candido registra um pressuposto que representa um dos maiores diferenciais da *Formação*: o de ser um livro de história da literatura especialmente comprometido com a literatura:

Deste modo, sendo um livro de história, mas sobretudo de literatura, este procura apreender o fenômeno literário da maneira mais significativa e completa possível, não só averiguando o sentido de um contexto cultural, mas procurando estudar cada autor na sua integridade estética. (CANDIDO, 2013, p. 31).

O que deveria ser um pressuposto comum a toda história literária, aparece aqui como um respeitável predicativo, presente não somente na intenção do livro, mas, principalmente, na sua realização. Em a *Formação*, reconhecemos, de fato, uma atenção à literatura enquanto produto estético. A história, aqui, não assume o protagonismo que comumente lhe reservavam, interessando ao estudioso na medida em que contribui para a compreensão do sentido e da razão de ser de uma obra literária.

Criticando o método histórico que reduz “a literatura a episódio de investigação sobre a sociedade, ao tomar indevidamente as obras como meros documentos, sintomas da realidade social” (2013, p. 31), Candido realiza uma história da literatura que se debruça sobre o que considera ser os momentos decisivos da nossa formação literária. Assim, sua obra abrange as produções inseridas no período de 1750 a 1880, ou seja, entre o Arcadismo e o Romantismo.

E o faz de maneira notável. Restringindo sua atenção a pouco mais de um século, o estudioso cumpre um minucioso trabalho histórico, crítico e analítico. Não estando (apenas) preocupado em inventariar aqueles que seriam os autores e as obras de destaque do recorte histórico em questão, Candido lança mão de análises e interpretações críticas do corpus levantado, com leituras assaz pertinentes e renovadoras. O que não torna um exagero afirmar que a *Formação da Literatura Brasileira* é um dos raros casos em que vemos harmonizadas as disciplinas da literatura, num trabalho integrador cujo resultado é uma mais ampla e profunda compreensão do fenômeno literário:

Ao se encarregar de ler as obras, uma a uma, aceitando sua condição de estrutura peculiar que precisa ser desvendada, sem o concurso de uma ideia prévia, externa, que sabota a própria crítica no que esta tem de mais substantivo e relevante, Candido estava à frente da formulação de um programa de crítica dialética que valoriza a análise formal. Ao pôr em prática esse programa, Candido participava de um movimento amplo de renovação da crítica materialista em escala mundial, na companhia de ilustres colegas de ofício que também estavam imbuídos de propósitos semelhantes, como Adorno e Benjamin, para citar dois grandes nomes do chamado marxismo ocidental. (ALVES, 2011, p. 101).

Seguindo esse movimento, Candido realizou (e inaugurou), no Brasil, uma obra ensaística que escapa do duplo partidarismo dominante à época:

de um lado, os devotos do estudo da *forma*, donde sobressaem as análises imanentistas fortemente influenciadas pelas correntes críticas que buscavam isolar o texto literário do seu contexto de produção, a exemplo do formalismo russo e do *New Criticism*; do outro, os grandes interessados no *conteúdo*, mormente em busca do que há de curiosidade histórica, sociológica e culturalista numa obra. Extrapolando semelhante bilateralismo, o que vemos na *Formação* – e o livro *Literatura e Sociedade* descreve bem o processo – é um trabalho de análise que reconhece a forma literária de uma obra como a consolidação da conjuntura sócio-histórica a ela contemporânea. Noutros termos, cabe ao analista perceber como as escolhas linguísticas, as atualizações dos gêneros e as variantes formais são motivadas pelas circunstâncias conjunturais, numa atitude de “efetiva interpenetração” (CANDIDO, 2006, p. 9) entre a literatura e a sociedade.

Tendo como escopo o objeto literário, além de um conhecimento claro a respeito do que fundamenta a sua compreensão da literatura – os pressupostos teóricos e críticos –, Candido realizou uma obra historiográfica que se destacou entre as demais (sejam as suas predecessoras ou contemporâneas), calhando ainda hoje como um exemplo notável de domínio e aplicação das ferramentas de análise de que se pode valer um historiador, um teórico e um crítico. Mais do que motivo para vermos incluída a *Formação* no seletivo grupo dos clássicos das humanidades produzidos no século XX, até então carente de uma obra de referência na área das letras:

Não seria exagero afirmar que nenhuma outra obra do gênero alcançou um patamar tão alto com respeito à definição precisa do objeto, ao estudo minucioso das obras particulares, tudo isso aliado a um conhecimento sólido e cuidadosamente meditado da bibliografia internacional. Enfim, um feito que prontamente fez de *Formação* uma referência na matéria, um clássico de nascença, para usar uma formulação que o próprio Candido atribuiu aos demiurgos do pensamento social brasileiro, isto é, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. (ALVES, 2011, p. 89).

É também digna de nota a proposta do trabalho crítico de Auerbach em *Mimesis*, livro de 1946 em que, além do estudo do problema da representação, subjaz a investigação da condição humana por meio das obras literárias ocidentais, desde o *Antigo Testamento* e a produção literária Homérica até os romances de Woolf, Proust e Joyce, instituidores da ficção moderna do século XX. Como já comentamos a certa altura, são vinte capítulos dedicados a diferentes épocas históricas, abordadas a partir da leitura de obras definidas.

O objetivo de Auerbach foi sempre escrever história. Pode-se afirmar que, em *Mimesis*, pretendeu escrever uma história das transformações no modo como os homens viam a si mesmos, utilizando para tanto a literatura: nesta, procurou desvelar a imagem do homem e do mundo. O livro constitui-se de análises de variados textos literários, que se iniciam por volta dos séculos

IX-VIII a. C. (a **Odisseia** e o **Antigo Testamento**) e chegam até o seu presente, o momento em que escrevia o livro (1942-1945). Nesse arco histórico de longuíssima duração, Auerbach selecionou alguns poucos textos – cerca de meia centena – e, lendo-os, buscou compreender e expor como a realidade aparecia neles, perseguindo variadas modalidades da conjugação (ou disjunção) de cotidiano e seriedade. (WAIZBORT, 2013, p. 182-183).

Comumente compreendido como um livro de crítica, *Mimesis* não se exime de ser uma obra de história literária, pois nele é patente uma preocupação com o enquadramento histórico da literatura apreciada, que se estende numa visão de conjunto do fenômeno ao longo do tempo. Aliás, o interesse de Erich Auerbach pelas circunstâncias históricas e, também, sociais que cercam os produtos literários levou seus contemporâneos, quando do lançamento de sua tese de doutorado sobre a novela no início da Renascença na Itália e na França, a entenderem seus estudos “como contribuições à sociologia da literatura” (WAIZBORT, 2004, p. 90). No entanto, embora perceptível desde sua obra de estreia e dissolvido ao longo das publicações subsequentes, seu empenho como sociólogo se manteve aquém do de filólogo, “ofuscado pela empreitada gigantesca da sua escrita da história e por seus estudos ‘filológicos’” (WAIZBORT, 2004, p. 90).

E é nesse ponto que podemos reiterar mais uma aproximação entre os dois livros apreciados (*Formação* e *Mimesis*). Já Waizbort, em seu ensaio “Erich Auerbach sociólogo”, ao retomar um comentário de Käte Hamburger, para quem o filólogo “comprovou como um método sociológico, que parta não dos pressupostos sociológicos das obras literárias, mas sim destas obras mesmas, é possível e frutífera de maneira insuspeita” (HAMBURGER, 1949, p. 143-144 *apud* WAIZBORT, 2004, p. 85), foi capaz de relacionar nosso *corpus* de análise, percebendo o quanto, para Auerbach, a literatura cristaliza os elementos conjunturais, tornando interno o externo. Ora, tal método não é outro senão o aplicado por Antonio Candido em sua obra, conforme já o explicitamos anteriormente, o que sugere influência do materialismo crítico na maneira como o filólogo alemão vê a conversão do “processo social em forma literária” (WAIZBORT, 2004, p. 85).

Mas, em *Mimesis*, Auerbach vai ainda além, pois, como bem observa Waizbort, a história da literatura que o filólogo compõe não está apenas interessada em avaliar o desenvolvimento literário ocidental (com especial foco nos modos de representação), mas também em lançar luz sobre as diferentes maneiras de o homem se reconhecer por meio da literatura. Destarte, a condição humana, para o estudioso, é compreendida como profundamente histórica:

Portanto, como algo que se altera ao longo do tempo, e o esforço de análise [feito no *Mimesis*] consiste em revelar essa historicidade, que é em mesma medida demonstrar a condição humana tal como se apresenta em diferentes épocas e situações. (WAIZBORT, 2013, p. 177).

Variável consoante os períodos históricos, a condição humana passou (e ainda passa) por transformações em diferentes momentos e situações. As obras literárias produzidas no curso do tempo expunham como os homens fixavam a sua imagem, esta, mais uma vez, produto da conjuntura sócio-histórica vigente.

Arrolando diversas dessas imagens que se alteram ao longo do tempo, ele [Auerbach] escreveu uma espécie de história da condição humana, isto é, dos diferentes modos como os seres humanos viam a si mesmos e o mundo no qual viviam em um determinado momento e situação histórica, figurando-os em obras literárias. (WAIZBORT, 2013, p. 178).

Materializada por um discurso de autoria individual, as obras literárias não são privadas, contudo, de amostras do mundo coletivo do qual fazem parte. Isso porque a condição humana que revelam diz respeito a uma situação histórica e social compartilhada, daí o interesse gerado pelas representações literárias. Quando analisamos a condição humana a partir de uma obra como *O quinze* ou *Vidas secas*, para insistir no exemplo, mais do que conhecer a visão que seus autores têm do mundo, é-nos possível constatar como essa visão é produto dos fatores externos atuantes. Em maior ou em menor grau, portanto, podemos alcançar um acordo entre a condição dos seres humanos de uma época e a que se representa numa obra literária contemporânea a eles.

Se as formas de consciência estão vinculadas a situações histórico-sociais, as transformações na estrutura da sociedade implicam transformações nas formas de consciência, que por sua vez implicam transformações no modo como os homens veem a si mesmos e seu mundo e, por fim, como formalizam isso em literatura. (WAIZBORT, 2013, p. 179).

Uma vez esse processo formalizado, é assim que a literatura é capaz de enredar entidades compreendidas como antônimas. O *eu* e o *outro* se encontram numa atitude de empatia promovida pela obra. Empatia resultante do que a obra tem de valor humano, que é o principal interesse que um romance, um conto ou um poema pode suscitar.

E o faz não somente dentro do seu enquadramento sócio-histórico, ou seja, uma obra literária não interessa apenas aos leitores do seu mundo. Sendo assim, que proveito teríamos, hoje, na leitura de *Dom Casmurro*, mais de cem anos aquém de nós? Nenhum ou algum muito restrito, caso o romance fosse apenas um retrato da sociedade carioca oitocentista, considerando aqui os tipos humanos, as paisagens, os modos e as modas da época. Mas a obra de Machado é muito pouco isso, e o que sobressai nela são as figuras humanas, com seus medos, ciúmes, angústias e solidão. Sentimentos comuns a qualquer um, em qualquer período.

A condição humana representada na literatura, dissemos, varia conforme os contextos, mas o interesse em torno dela permanece. E a razão disso está

na perenidade do que é essencialmente humano. Lemos e releemos a literatura porque travamos afinidade com o universo ficcional que nos é apresentado. Encontramo-nos na casmurrice de Bentinho, na luta pela sobrevivência de Chico Bento e de Fabiano, na vida liberta das crianças do areal baiano.

Em seu escrito *Literatura e personagem*, o teórico Anatol Rosenfeld, a certa altura, afirma: “a personagem realmente constitui a ficção.” (ROSENFELD, 2011, p. 27). Categórica à primeira vista, tal afirmação resume a estreita relação entre essa que é um dos elementos essenciais do texto narrativo – a personagem – e o que configura o caráter ficcional de uma obra literária.

A ideia expressa por Rosenfeld é a de que uma narrativa só receberia status de ficção ao trazer em sua trama a presença de uma personagem humana ou humanizada. Dessa forma, ainda que não houvesse na diegese um só ser humano, bastaria que os objetos ou a própria paisagem adquirisse contornos e características animadas para que a narrativa se configurasse como ficcional.

É, portanto, a personagem a entidade que mais claramente revela a ficção, dirigindo e patenteando a camada imaginária da narrativa. Logo, não se poderia prescindir de um ser humano ou de seres personificados na ficção, sob o risco de não se alcançar a mimese, a verossimilhança, pois o leitor, afinal, “[...] só pelo homem se interessa e só com ele pode identificar-se realmente”. (ROSENFELD, 2011, p. 28.).

Insistindo na importância da personagem dentro do construto ficcional de uma obra, em “A personagem do romance”, o crítico Antonio Candido afirma não espantar o fato de a personagem parecer ser “o que há de mais vivo no romance; e que a leitura deste dependa basicamente da aceitação da verdade da personagem por parte do leitor”. (CANDIDO, 2011, p. 54).

Em comunhão perceptível com o pensamento de Rosenfeld, Candido restringe-se em seu ensaio a esse que é o gênero ficcional mais largamente difundido na sociedade moderna. Comunhão evidenciada pelo fato de ambos concordarem que é mesmo a personagem quem confirma, na ficção, a aproximação desta com a realidade externa, levando o leitor aos efeitos catárticos, graças à empatia instaurada.

Quando consideramos a realidade e a vida singular de cada quadro sócio-histórico, aceitamos que o conjunto literário que nos chega até hoje é dotado de diversos modos de se conceber o homem e o seu mundo, bem como de representá-los artisticamente. Mas há os pontos de contato, “porque todos os homens partilham de uma humanidade comum e porque o mundo histórico é um mundo criado pelos homens, e, portanto, possui uma raiz comum.” (WAIZBORT, 2013, p. 182). Destarte, seja como leitores comuns ou como autores de uma atividade crítico-analítica, somos sujeitos imersos numa situação conjuntural, e encontrar o nosso mundo com o mundo exposto numa obra literária somente enriquece o entendimento que podemos ter de nós mesmos e do outro.

## Referências

ALVES, L. A. N. Sobre a Formação da Literatura Brasileira. **O Eixo e a Roda**. UFMG, v. 20, n. 1, p. 87-102, 2011.

AUERBACH, E. **Mimesis**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CANDIDO, A. A Personagem do Romance. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2011. p 51-80.

\_\_\_\_\_. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

\_\_\_\_\_. **Formação da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2013.

COUTINHO, A. **Conceito de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ROSENFELD, A. Literatura e Personagem. In: CANDIDO, A. (Org.). **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 9-49.

SOUZA, R. A. de. **História da Literatura: Trajetória, Fundamentos, Problemas**. São Paulo: É Realizações, 2014.

WAIZBORT, L. Erich Auerbach e a condição humana. In: ALMEIDA, J. de; BADER, W. (Org.). **O Pensamento Alemão no Século XX: grandes protagonistas e recepção das obras do Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. v. 2, p. 175-217.

\_\_\_\_\_. Erich Auerbach sociólogo. **Tempo social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 61-91, jun. 2004.

*Enviado em agosto/2018.*

*Aceito dezembro/2018.*